



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# **34º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

**- 2015 -**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A jurisprudência do STF é no sentido de que, a partir de 5/10/1988, o concurso público é pressuposto inafastável para a delegação de serventias extrajudiciais, inclusive em se tratando de remoção. As normas estaduais editadas anteriormente, que admitem o ingresso na atividade notarial e de registro, independentemente de prévio concurso público, são incompatíveis com a Constituição de 1988, razão pela qual não foram por esta recepcionadas.
- b) É igualmente firme a jurisprudência do STF no sentido de que a atividade notarial e de registro, sujeita a regime jurídico de caráter privado, é essencialmente distinta da exercida por servidores públicos, cujos cargos não se confundem.
- c) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- ↳) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- ↳) O limite de idade para a inscrição em concurso público não se legitima em nenhuma hipótese, ainda que decorrente da natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

### 2) Considerando os enunciados abaixo, não é possível afirmar que:

- a) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
- b) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.
- c) Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.
- d) Não incidem juros de mora sobre os precatórios apresentados até 1º de julho e pagos até o final do exercício seguinte.
- e) É inconstitucional a criação, por Constituição Estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.

### 3) Assinale a alternativa correta:

- a) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social, observados os princípios da soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Brasil.
- c) A dignidade da pessoa humana constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil prevista na Constituição de 1988.
- d) A execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diretamente pelo Poder Público ou através de terceiros, sendo vedada sua realização por pessoa física.
- e) A advocacia privada não é considerada pela Constituição de 1988 como uma das funções essenciais à justiça, sendo somente o advogado público inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

#### **4) A Procuradoria Geral do Estado:**

- a) Pode intervir em qualquer processo judicial que diga respeito a direitos e interesses indisponíveis.
- b) Pode ajuizar ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.
- c) É função essencial à justiça, cabendo-lhe a representação judicial e a consultoria jurídica do respectivo Estado.
- d) Integra a Administração Pública Indireta, prestando-lhe assistência jurídica.
- e) É órgão vinculado ao Ministério Público Estadual, competindo-lhe auxiliar na defesa do interesse público.

#### **5) Não é possível afirmar que:**

- a) A inconstitucionalidade por arrastamento ocorre quando a declaração de inconstitucionalidade de um dispositivo expressamente impugnado produz efeitos sobre um dispositivo não expressamente impugnado, ligados que estão pelo vínculo de dependência ou interdependência. Sobre este último dispositivo não impugnado, mas dependente ou interdependente do impugnado, afirma-se que houve inconstitucionalidade por arrastamento.
- b) O sistema de controle de constitucionalidade no Brasil é misto e pode ocorrer através de duas formas: difuso ou concentrado. No primeiro, qualquer magistrado poderá enfrentar a questão de compatibilidade entre o ato normativo e a Constituição em um caso concreto. A constitucionalidade ou não da norma é analisada como questão prejudicial para a solução da lide. Já no controle concentrado, o objeto da demanda é a própria análise de um ato normativo em face da Constituição, podendo levar à expurgação do ato do ordenamento jurídico.
- c) A reclamação constitucional como instrumento utilizado para preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça ou garantir a autoridade de suas decisões é processada e julgada originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- e) O constituinte de 1988 criou dois instrumentos para lidar com as omissões constitucionais: o mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, sendo o primeiro destinado ao controle incidental da omissão e o segundo mecanismo de fiscalização abstrata.

#### **6) É correto asseverar, exceto:**

- a) A tese da dupla revisão constitucional significa a admissão da alteração ou a eliminação dos limites materiais, com a subsequente aprovação de reforma em matérias anteriormente protegidas.
- b) O preâmbulo da Constituição constitui norma jurídica central, sendo a invocação da proteção de Deus norma de reprodução obrigatória na Constituição Estadual, com força normativa.
- c) Na primeira geração ou dimensão de direitos fundamentais encontram-se os direitos individuais, que traçam a esfera de proteção das pessoas contra o poder do Estado, os direitos políticos e o direito de nacionalidade.
- d) O princípio da unidade da Constituição impõe ao intérprete o dever de harmonizar as tensões e contradições entre normas jurídicas.
- e) Os limites impostos ao poder de reforma costumam ser sistematizados pela doutrina em temporais, circunstanciais, formais e materiais. O art. 60, parágrafo 4º, da Constituição da República de 1988, é exemplo de limite material ao poder de reforma.

**7) É incorreto afirmar que:**

- a) Como consequência do princípio da supremacia constitucional, nenhuma lei ou ato normativo poderá subsistir validamente se for incompatível com a Constituição. Assim, associado a esse princípio, existe, no Brasil, um sistema de fiscalização judicial da validade das leis e atos normativos em geral, por meio da via incidental ou principal.
- b) Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada pelos mesmos legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade.
- c) O efeitos da súmula vinculante atingem os órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública, direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) A súmula vinculante tem por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia, não somente atual, mas ainda que discussões pretéritas, entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- e) O modelo brasileiro de fiscalização da inconstitucionalidade adota, em regra, o controle judicial, cabendo ao Poder Judiciário a palavra final e definitiva sobre a interpretação da Constituição. No entanto, existem hipóteses em que o Executivo e o Legislativo desempenham papel no controle de constitucionalidade, tanto em caráter preventivo, como repressivo.

**8) Acerca dos limites ao poder de reforma da Constituição, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Os limites ao poder de reforma da Constituição permitem ao Poder Judiciário realizar o controle de constitucionalidade de emendas constitucionais.
- b) Os limites circunstanciais vedam a reforma da Carta Constitucional em momentos de crise ou de instabilidade institucional, como nas hipóteses de estado de sítio, de defesa ou de intervenção federal.
- c) Os limites formais se traduzem pela previsão de um procedimento específico e mais dificultoso para a reforma do texto constitucional, que envolve regras diferenciadas quanto à iniciativa, ao quórum de votação de emendas e às instâncias de deliberação.
- d) Os limites materiais são as chamadas cláusulas de intangibilidade ou cláusulas pétreas, que buscam proteger o espírito da Constituição e consubstanciam matérias que ficam imunes ao poder constituinte derivado.
- e) Segundo a doutrina majoritária, não há limites materiais implícitos ou imanentes no direito brasileiro.

**9) Acerca do princípio da supremacia do interesse público, assinale a alternativa correta:**

- a) O princípio da supremacia do interesse público não sofre objeções na doutrina brasileira, sendo indiscutível que, em todo e qualquer caso, o interesse da coletividade deve prevalecer sobre os interesses individuais.
- b) Alguns institutos de Direito Administrativo encontram fundamento no princípio da supremacia do interesse público, tais como a desapropriação, o poder de polícia e a responsabilidade civil do Estado.
- c) Alguns autores contemporâneos propugnam a desconstrução do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, pois, segundo eles, os interesses coletivos devem ser ponderados com outros valores tutelados pela Constituição, notadamente com os direitos fundamentais.
- d) O interesse público secundário (arrecadatório) sempre prepondera sobre o interesse público primário, pois a total escassez de recursos impede a consecução de qualquer fim constitucional.
- e) O princípio da supremacia do interesse público está expressamente consagrado na Carta de 1988.

**10) Sobre a cláusula de proteção ao direito adquirido, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Para a doutrina majoritária, a Constituição, ao afirmar que “a lei não prejudicará o direito adquirido”, pretendeu protegê-lo não só em face do legislador ordinário, mas também contra o poder constituinte reformador.
- b) Segundo a teoria subjetivista de Gabba, a lei nova não pode atingir nem mesmo os efeitos futuros de atos praticados sob a vigência da lei anterior.
- c) Segundo a teoria objetivista de Roubier, a lei nova tem eficácia imediata, não podendo desconstituir os efeitos já produzidos sob a égide da lei anterior.
- d) O princípio da irretroatividade das normas jurídicas, consagrado na cláusula da proteção ao direito adquirido, não impede que uma nova emenda constitucional prejudique o regime aplicável aos proventos de um servidor público que completou todos os requisitos para se aposentar sob a égide do regramento anterior.
- e) Direito adquirido não se confunde com expectativa de direito e com direito consumado. Na expectativa de direito, o fato aquisitivo teve início, mas não se completou; no direito adquirido, o fato aquisitivo já se completou, mas o efeito previsto na norma ainda não se produziu; e, no direito consumado, o fato aquisitivo já se completou e o efeito previsto na norma já se produziu integralmente.

**11) Sobre as modalidades de eficácia dos princípios constitucionais, assinale a alternativa incorreta:**

- a) De acordo com a doutrina, os princípios constitucionais apresentam as seguintes modalidades de eficácia: eficácia positiva, eficácia negativa e eficácia interpretativa.
- b) A eficácia positiva confere aos princípios constitucionais prevalência sobre as regras inscritas na Carta Maior, em razão de possuírem carga axiológica superior.
- c) A eficácia negativa significa que os princípios constitucionais são capazes de paralisar a aplicação de atos e normas com eles conflitantes.
- d) A eficácia interpretativa consiste em que o sentido e alcance das normas jurídicas devem ser fixados à luz dos valores e fins abrigados nos princípios constitucionais.
- e) A eficácia positiva é a aptidão dos princípios constitucionais de reger a situação da vida sobre a qual incidem, servindo como fundamento direto para a tutela de bens jurídicos.

**12) Acerca das características dos direitos fundamentais, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Os direitos fundamentais são universais, isto é, aplicam-se de maneira uniforme em todos os países, independentemente do modo como foram positivados em cada uma das Cartas Constitucionais.
- b) Segundo a doutrina majoritária, os direitos fundamentais são dotados de superconstitucionalidade, ou seja, são cláusulas pétreas ou cláusulas de eternidade, protegidas contra a atuação do poder constituinte reformador.
- c) De acordo com a doutrina majoritária, os direitos fundamentais apresentam eficácia vertical e horizontal, incidindo tanto nas relações entre Estado e particular como nas relações entre pessoas privadas.
- d) Os direitos fundamentais caracterizam-se pela historicidade, que diz com o fato de surgirem gradativamente, em diferentes momentos históricos.
- e) Os direitos fundamentais têm aplicabilidade imediata e não estão previstos exhaustivamente no rol do art. 5º da Constituição de 1988.

**13) Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e as normas constitucionais sobre o mandado de injunção, assinale a alternativa correta:**

- a) O mandado de injunção tem o mesmo escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, limitando-se a decisão nele proferida a dar ciência ao órgão em mora para que adote as providências necessárias a suprir a omissão inconstitucional.
- b) O Poder Judiciário somente pode fixar prazo para que seja suprida a lacuna inconstitucional se a omissão for imputável a um órgão administrativo, e não a um órgão legislativo.
- c) Não cabe mandado de injunção coletivo, de modo que sindicatos e associações não têm legitimidade para impetrá-lo.
- d) Em mandados de injunção acerca do direito de greve dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento, prevalecente até hoje, no sentido de que a norma constitucional é de eficácia limitada, dependendo de lei para ser exercitado.
- e) A competência para julgar mandado de injunção impetrado em razão da omissão do Congresso Nacional quanto à edição de lei federal exigida pela Constituição é do Supremo Tribunal Federal.

**14) Sobre o princípio constitucional da separação de poderes, assinale a alternativa correta:**

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o modelo de tripartição de poderes desenhado pelo constituinte federal é de observância obrigatória pelos Estados-membros, por força do princípio da simetria.
- b) O princípio da separação de poderes não proíbe o Poder Judiciário de aumentar os vencimentos de servidores públicos com fundamento na isonomia.
- c) É válida uma emenda constitucional que revogue o princípio da separação de poderes, concentrando as funções de administrar, legislar e julgar em um único órgão.
- d) O princípio da separação de poderes impede o Poder Judiciário de proferir qualquer tipo de sentença aditiva, inclusive em sede de controle da inconstitucionalidade por omissão.
- e) O princípio da separação de poderes estabelece a divisão absoluta de funções políticas, não envolvendo mecanismos de controle recíproco entre os órgãos que as exercem.

**15) Considerando as normas constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre as competências legislativas concorrentes dos entes federados, assinale a alternativa incorreta:**

- a) No âmbito das competências legislativas concorrentes, cabe à União a edição de normas gerais.
- b) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- c) Exercida a competência legislativa plena pelo Estado-membro ante a ausência de normas gerais sobre o tema, a eficácia da lei estadual será suspensa caso sobrevenha lei federal com normas gerais contrárias ao seu conteúdo.
- d) Apesar de ser concorrente a competência para legislar sobre direito previdenciário, é inconstitucional lei federal que disponha sobre normas gerais da previdência dos servidores públicos estaduais, por violação ao pacto federativo.
- e) No âmbito das competências legislativas concorrentes, incumbe aos Estados-membros a edição de normas específicas, destinadas a suplementar a legislação federal sobre normas gerais já existente.

## DIREITO CIVIL

### **16) Com relação à personalidade e à capacidade, assinale a opção correta:**

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) Quanto aos ausentes, presume-se a morte nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.
- c) Os institutos da capacidade de fato e da legitimação são sinônimos, pois ambos designam a possibilidade de praticar determinado ato jurídico, em razão de sua posição em relação a certos bens, certas pessoas ou interesses.
- d) A capacidade de gozo significa ter aptidão para utilizar os direitos na vida civil, exercendo-os por si mesmo, independente de assistência ou representação.
- e) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

### **17) Considerando a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, marque a afirmação correta:**

- a) O Código Civil previu que, em caso de abuso de personalidade jurídica, caracterizada pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, poderá haver a desconsideração da personalidade jurídica. Adotou, pois, a teoria menor da desconsideração.
- b) O STJ sedimentou a sua jurisprudência no sentido de que a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do art. 50, Código Civil, deve ser admitida nos casos de mera insolvência da pessoa jurídica, por entender que a desconsideração da personalidade jurídica não é medida de exceção.
- c) O Código de Defesa do Consumidor admite a desconsideração da personalidade jurídica sempre que a sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- d) O STJ admite a desconsideração indireta, mas não a desconsideração inversa da pessoa jurídica, que ocorre quando o juiz desconsidera a autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizá-la por obrigação do sócio.
- e) O Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, prevendo requisitos mais rígidos que o Código Civil para o afastamento da personalidade, nas hipóteses que especifica.

### **18) Com relação ao Direito de Empresa, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, afastando-se a responsabilidade do devedor primitivo.
- c) Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.
- d) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- e) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

### **19) De acordo com as normas que regem as sociedades anônimas, assinale a opção correta:**

- a) As sociedades anônimas apresentam um estatuto ou contrato social, que deve indicar o objeto de modo preciso.
- b) O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em serviços.
- c) Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.
- d) As ações consistem em títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social.
- e) Quanto à forma, as ações devem ser nominativas, endossáveis ou ao portador.

**20) Tendo em vista as normas que regem o domicílio, marque a assertiva correta:**

- a) A morada não implica ideia de permanência, a residência implica e o domicílio pressupõe a residência com ânimo definitivo.
- b) O Código Civil não admite a pluralidade de domicílios da pessoa natural, aproximando-se da noção de domicílio como ficção jurídica.
- c) Domicílio necessário é aquele que resulta da lei ou da vontade da parte.
- d) O domicílio das pessoas jurídicas é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, não sendo admissível a eleição de domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
- e) O domicílio dos Estados é o do lugar onde funcionem entes da administração estadual.

**21) No que concerne ao regramento dos bens, assinale a alternativa correta:**

- a) Consideram-se imóveis para efeitos legais as energias de valor econômico.
- b) São benfeitorias necessárias as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- c) São públicos de uso especial os bens pertencentes aos partidos políticos.
- d) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- e) Os bens públicos dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

**22) Com relação aos atos, fatos e negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- b) É nulo o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- d) Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado.
- e) Como regra, é válido o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

**23) De acordo com as normas concernentes aos elementos acidentais do negócio jurídico, marque a opção correta:**

- a) Condição é a cláusula que, aposta a negócios jurídicos gratuitos, atinge seus efeitos, impondo-lhes uma obrigação de dar, fazer ou não fazer, sem que esta configure uma contraprestação.
- b) Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe.
- c) O termo consiste no elemento que subordina o início ou o término da eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto.
- d) Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, quando constituir o motivo determinante da liberalidade.
- e) Se for suspensiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico.

**24) No campo do direito das obrigações, há situações em que a prestação objeto da obrigação de fazer envolve não apenas o simples fazer, mas exige, também, em alguma medida, uma ação de dar do devedor. Para a definição da modalidade de obrigação, deve-se aplicar o critério da preponderância ou predominância, considerando-se o núcleo essencial da prestação. A partir destas considerações, marque a alternativa correta:**

- a) A obrigação de dar não admite amplamente a execução específica, como medidas de busca e apreensão da coisa e transmissibilidade da obrigação, entre outros.
- b) A obrigação de dar coisa certa abrange somente os acessórios dela mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- c) Na obrigação de dar coisa incerta, esta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- d) Na obrigação de fazer, não há, em regra, restrições à execução forçada específica e à transmissibilidade da obrigação de fazer infungível.
- e) No cumprimento das obrigações de dar, exige-se a tradição da coisa, o que não ocorre, em geral, nas obrigações de fazer.

**25) Em matéria de inadimplemento das obrigações, é incorreto asseverar que:**

- a) nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça.
- b) nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei.
- c) considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- d) descumprida a obrigação, o devedor responde pelas perdas e danos, acrescidos de juros e atualização monetária, e honorários de advogado.
- e) o devedor responde, em regra, pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior.

**26) Em relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a única alternativa correta:**

- a) a denominada coação física ou *vis absoluta* acarreta o reconhecimento da nulidade do negócio jurídico.
- b) a ameaça a pessoa não pertencente à família do paciente não configura, em nenhuma hipótese, coação.
- c) na lesão, a desproporção entre as prestações não se verifica no momento de celebração do negócio jurídico.
- d) se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- e) o estado de perigo ocorre quando alguém, premido da necessidade de salvar-se de dano conhecido ou não pela outra parte, assume obrigação onerosa.

**27) Acerca dos institutos da prescrição e da decadência, escolha a alternativa verdadeira:**

- a) O Código Civil de 2002 reduziu o prazo ordinário de prescrição para 5 (cinco) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- b) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- c) Sujeita-se ao prazo de decadência de 3 (três) anos a pretensão de reparação civil.
- d) O juiz não deve conhecer, de ofício, da decadência fixada em lei.
- e) A prescrição interrompe-se por despacho do juiz, desde que competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

**28) De acordo com as normas gerais regentes da responsabilidade civil, marque a alternativa correta:**

- a) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo se provar culpa da vítima ou força maior.
- c) O dono de edifício ou construção só responde culposamente pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.
- d) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, não responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- e) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, não ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.

**29) Sobre a reparação dos danos na responsabilidade civil, é incorreto afirmar:**

- a) A indenização mede-se pela extensão do dano.
- b) Mesmo se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, o juiz não poderá reduzir, equitativamente, a indenização.
- c) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- d) Se o devedor não puder cumprir a prestação na espécie ajustada, substituir-se-á pelo seu valor, em moeda corrente.
- e) Em hipóteses de ofensa à honra por injúria, difamação ou calúnia, se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

**30) João, menor de 12 anos, em tarde de brincadeira com vizinhos, na frente de sua casa, ao chutar uma bola de futebol, acerta a vidraça de seu vizinho Miguel, que pretende obter judicialmente, do pai de João, a reparação de seu prejuízo material. Diante desta hipótese, escolha a opção errada:**

- a) João responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b) A indenização, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.
- c) O pai de João é responsável pela reparação civil decorrente dos atos de João, seu filho menor, que se encontra sob sua autoridade e em sua companhia;
- d) o pai, ainda que não haja culpa de sua parte, responderá pelos atos praticados pelo filho menor.
- e) o pai, desde que tenha agido com negligência ou imprudência ou por ação ou omissão voluntária, responderá pelos atos praticados pelo filho menor.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**31) Acerca da competência para legislar sobre processo civil, é correto afirmar que:**

- a) é privativa da União, mesmo com relação ao procedimento;
- b) é privativa da União, salvo com relação ao procedimento, que é de competência privativa dos Estados;
- c) é privativa da União, salvo com relação ao procedimento, que é de competência concorrente com União, Estados e Municípios;
- d) é concorrente, salvo com relação ao procedimento, que é de competência privativa dos Estados;
- e) é concorrente, exceto para o Distrito Federal.

**32) Acerca do litisconsórcio, é correto afirmar que:**

- a) necessariamente implica na extinção do processo sem resolução de mérito;
- b) pode implicar na extinção do processo sem resolução de mérito;
- c) é vedado pelo ordenamento jurídico, salvo quando o juiz entender pela sua necessidade, desde que com a concordância expressa das partes já presentes na demanda;
- d) os atos ou omissões de um dos litisconsortes nunca prejudicará ou beneficiará os demais;
- e) é considerado necessário quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz deverá decidir de forma idêntica para todos os indivíduos.

**33) Não é hipótese de competência absoluta:**

- a) em razão da pessoa;
- b) em razão do território;
- c) em razão da hierarquia;
- d) quanto a direitos reais sobre imóvel, o juízo está localizada a coisa;
- e) quanto à ação acessória, o juízo da ação principal.

**34) A citação válida:**

- a) inicia o prazo para o réu oferecer resposta;
- b) induz litispendência sobre toda a demanda, ainda que uma das partes seja distinta da demanda anterior;
- c) faz litigiosa a coisa;
- d) suspende o prazo prescricional, desde que ordenada por juiz incompetente;
- e) interrompe o prazo prescricional, desde que ordenada por juiz incompetente.

**35) Quando a começa a correr o prazo quando a Fazenda Pública recebe uma intimação eletrônica?**

- a) da data do envio da intimação pelo Judiciário;
- b) da data do recebimento da intimação;
- c) do dia seguinte ao recebimento da intimação;
- d) do dia útil seguinte ao recebimento da intimação ou, quando a intimação for tácita, do dia útil seguinte ao décimo dia em que a intimação encontrava-se disponível para recebimento no Portal Eletrônico;
- e) do dia seguinte ao recebimento da intimação, salvo caso de intimação tácita.

**36) Acerca da coisa julgada assinale a alternativa incorreta:**

- a) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- b) Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença.
- c) Fará coisa julgada a resolução da questão prejudicial se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- d) A verdade dos fatos faz coisa julgada, como decorrência óbvia da eficácia transcendente da verdade processual.
- e) Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

**37) Haverá extinção do processo, com resolução do mérito:**

- a) Quando o juiz indeferir a petição inicial.
- b) Quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- c) Quando as partes transigirem.
- d) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- e) Quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.

**38) Os prazos para a Fazenda Pública Estadual contestar no rito ordinário, interpor recurso especial e embargos de declaração são respectivamente de:**

- a) 30 dias, 15 dias, 05 dias;
- b) 30 dias, 30 dias, 10 dias;
- c) 60 dias, 30 dias, 10 dias;
- d) 60 dias, 15 dias, 15 dias;
- e) 60 dias, 30 dias, 20 dias.

**39) Assinale a alternativa incorreta acerca da disciplina processual das modalidades de intervenção de terceiro:**

- a) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.
- b) O interesse meramente econômico não autoriza a intervenção do terceiro, como assistente, no processo;
- c) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.
- d) É admissível o chamamento ao processo do devedor, na ação em que o fiador for réu.
- e) A ação deve ser decidida sempre antes da oposição, eis que foi a primeira que provocou o exercício da jurisdição.

40) Avalie as alternativas a seguir, acerca dos princípios recursais no processo civil:

I - O princípio da taxatividade acarreta a não admissão de recurso por analogia;

II - O princípio da eventualidade caracteriza o recurso como um direito eventual, que nasce em determinado processo como decorrência do prejuízo, gravame ou sucumbência.

III - O princípio da unirrecorribilidade consiste na admissibilidade de interposição de um único recurso, uma única vez, contra qualquer decisão. Não há qualquer exceção a este princípio no ordenamento processual civil brasileiro.

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Somente a alternativa I está correta.

c) A alternativa II é a única correta.

d) A alternativa III está incorreta.

e) Todas as alternativas estão incorretas.

## LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

### **Pós-modernidade e comunicação**

Pós-modernidade é sinônimo de explosão comunicativa. Estamos cercados da parafernália eletrônica destrinchada pelas análises de Adorno, Max Horkheimer, McLuhan, Walter Benjamin e outros. Ela reduz o mundo a uma aldeia que se intercomunica em tempo real. Porém, dentro de uma paisagem cultural hegemônica, que Boaventura de Sousa Santos qualifica de monocultura: a espetacularização da notícia, naturalizando a imagem midiática, como se o mundo fosse o que vemos na TV ou na Internet.

Tudo isso molda a nossa identidade. Não há como configurá-la de outro modo. Estamos cercados pela multimídia: num celular temos relógio, calculadora, rádio, e-mail, câmara fotográfica, rastreador, TV, jogos... e até telefone.

Nunca a comunicação foi tão ágil, rápida e fácil, embora cara. Sem sair da cama, podemos saber o que ocorre na Ásia, falar ao telefone com um nepalês, entrar num site de bate-papo e nos enturmar com um bando de jovens do Brooklin. À audição (rádio) somam-se a visão (foto, cine, TV) e a fala (telefone e Internet). Faltam apenas o cheiro e o contato epidérmico, o toque.

Diante de todo esse cipoal comunicatório levanta-se uma questão: e a intercomunicação pessoal, tão valorizada por Jürgen Habermas? Quantos pais “acessam” os filhos? Como é a comunicação olho no olho? Comunicação que se faz comunhão, interação, e que transmite, não a emoção das imagens e dos sons, mas algo mais profundo: o afeto.

Reféns da tecnologia, sem todos esses aparatos temos dificuldade de dialogar com o próximo. Nossos avós punham as cadeiras na varanda, e até mesmo na calçada, e ficavam horas jogando conversa fora. Hoje, a ansiedade dificulta o diálogo interpessoal. Preferimos a comunicação virtual, mental, mas não a corporal. O corpo transforma-se em território do silêncio das palavras, embora ele se cubra de adornos que “falam”: a roupa, a esbeltez malhada, os gestos...

Nessa “fala”, o corpo simula (faz de conta ser o que não é) e dissimula (esconde o que de fato é). Por isso a comunicação interpessoal é arriscada, pois tende a desmascarar, trair, revelar contradições. O corpo sou eu e eu não sou tão bom quanto a imagem que projeto de mim mesmo. Como os cavaleiros medievais, visto uma armadura que encobre a minha verdadeira identidade, a armadura pós-moderna da parafernália eletrônica. É ela que me salva. Permite-me ser conhecido por uma imagem mediatizada pela multimídia ou, no contato pessoal, pelos adornos que me imprimem um cheiro de grife.

Nu, sou um fracasso, uma decepção frente à minha baixa autoestima. Ainda mais se acrescento à “nudez” o que me “desnuda” por dentro: a fala. Por isso os ícones projetados pela mídia - modelos, artistas, atletas, ricos - não falam. São fotografados e expostos excessivamente, mas nada se sabe do que pensam, em que acreditam, que valores abraçam, que visão de mundo assumem. São seres belos, porém silenciados. Se abrirem a boca, o balão desinfla, o encanto desaparece, a carruagem vira abóbora.

Não é fácil o verbo se fazer carne. Graças à multimídia, o verbo se faz caro e raro. É virtualizado para ser esvaziado de significado. Assim, não nos sentimos desafiados. Na imagem, a catástrofe é épica; na minha esquina, trágica. E ao contemplar o épico me iludo de que vivo numa ilha imune à dor e ao sofrimento. E suporto a reclusão do silêncio temendo que a minha palavra se faça carne, ou seja, revele quem realmente sou: este ser frágil, carente, que ainda não descobriu a diferença entre prazer, alegria e felicidade.

Por isso tendem a ser complicadas as relações familiares, como toda relação que se confina num mesmo espaço. Não se desfila dentro de casa. No cotidiano, a imagem é atropelada pelas emoções. É o que Buñuel mostrou em “O discreto charme da burguesia”. No espaço doméstico emerge o nosso lado avesso – aquela pessoa que realmente somos, sem maquiagens de bens, funções e adornos.

Para conviver fora de casa vestimos a armadura. Vamos para a guerra, para o reino da competição e do sucesso a qualquer preço. Não podemos, portanto, mostrar a cara. Protegem-nos a parafernália eletrônica e o diálogo virtual. Somos o que não aparentamos e aparentamos o que não somos. Eis o paradoxo que a pós-modernidade nos impõe.

(Frei Betto, *in*: “Fala Escola”, 28/02/2015)

**41) Com base na leitura do texto não é correto afirmar que:**

- a) A comunicação interpessoal ficou abalada com a tecnologia da pós-modernidade.
- b) O diálogo virtual favorecido pela multimídia na sociedade contemporânea nos protege de uma exposição real.
- c) A multimídia molda a identidade da sociedade contemporânea.
- d) A parafernália eletrônica da sociedade atual agilizou a comunicação.
- e) A eficácia da comunicação na sociedade pós-moderna é garantida pela tecnologia.

**42) Assinale a opção que, segundo o autor, não forma um contraste entre os comportamentos do homem contemporâneo no contexto do mundo midiaticizado:**

- a) “comunicação ágil, rápida e fácil” X “dificuldade de dialogar com o próximo”;
- b) “podemos saber o que ocorre na Ásia, falar ao telefone com um nepalês” X “faltam apenas o cheiro e o toque”;
- c) “suporto a reclusão do silêncio” X “temendo que a palavra se faça carne”;
- d) “na imagem, a catástrofe é épica” X “na esquina, trágica”;
- e) “num celular temos relógio, calculadora, rádio, e-mail, câmara fotográfica” X “até telefone”.

**43) Do ponto de vista da composição, é correto afirmar que o texto :**

- a) é predominantemente descritivo, na medida em que constrói o cenário da sociedade contemporânea.
- b) é predominantemente narrativo, visto que o autor confunde a história da sociedade contemporânea com a sua história.
- c) equilibra em harmonia descrição e narração, pois compõe o cenário da sociedade atual ao narrar cenas de comunicação.
- d) é predominantemente dissertativo, servindo os autores citados de base argumentativa para a discussão sobre a contemporaneidade e a comunicação.
- e) é predominantemente narrativo, já que discute a questão da comunicação na pós-modernidade como um tema de grandes impactos para a sociedade.

**44) As aspas possuem um valor estilístico importante, já que acrescentam sentido enunciativo (intenção do autor) quando são utilizadas. Assinale a opção em que as aspas são empregadas em seu uso comum.**

- a) O corpo transforma-se em território de silêncio das palavras, embora ele se cubra de adornos que “falam”: a roupa, a esbeltez malhada, os gestos...
- b) Nessa “fala”, o corpo simula (faz de conta ser o que não é) e dissimula (esconde o que de fato é).
- c) Quantos pais “acessam” os filhos?
- d) É o que Buñuel mostrou em “O discreto charme da burguesia”.
- e) Ainda mais se acrescento à “nudez” o que me “desnuda” por dentro: a fala.

**45) O autor utilizou um recurso linguístico de coesão, em que a expressão pronominal “tudo isso” substitui o seguinte trecho do texto:**

- a) “Pós-modernidade ... Internet” (linha 1 a linha 5)
- b) “Estamos cercados ... e até telefone” (linha 6 a linha 8)
- c) “Nunca a comunicação foi tão ágil, rápida e fácil, embora cara ... um bando de jovens do Brooklin” (linha 9 a linha 11)
- d) “Diante de todo ... o afeto (linha 13 a linha 16)
- e) “Nessa ‘fala’ ... contradições” (linha 23 a linha 24)

**46) Assinale a opção na qual o que tenha uma função sintática diferente da que possui no trecho: “Ela (pós-modernidade) reduz o mundo a uma aldeia que se intercomunica em tempo real”.**

- a) “O corpo sou eu e eu não sou tão bom quanto a imagem que projeto de mim mesmo”.
- b) “E suporte a reclusão do silêncio temendo que a minha palavra se faça carne”.
- c) “No espaço doméstico emerge o nosso lado avesso – aquela pessoa que realmente somos”.
- d) “Eis o paradoxo que a pós-modernidade nos impõe”.
- e) “Este ser frágil, carente, que ainda não descobriu a diferença entre prazer, alegria e felicidade”.

**47) Assinale a opção que substitui o trecho em destaque, tendo em vista a regência verbal de acordo com as normas da língua: “Preferimos a comunicação virtual, mental, mas não a corporal.”**

- a) à corporal;
- b) do que a corporal;
- c) que a corporal;
- d) de que a corporal;
- e) do que é corporal.

**48) Cada um dos períodos abaixo foi pontuado de forma diferente. Assinale a letra que corresponde ao período de pontuação correta:**

- a) A questão porém, não é, da tecnologia, em si, é do mau uso da multimídia.
- b) A questão porém, não é da tecnologia em si é do mau uso da multimídia.
- c) A questão, porém, não é da tecnologia em si, é do mau uso da multimídia.
- d) A questão, porém, não é da tecnologia em si é, do mau uso da multimídia.
- e) A questão porém: não é da tecnologia em si, é do mau uso da multimídia.

49) Nos períodos abaixo, as orações sublinhadas estabelecem relações sintáticas e de sentido com outras orações.

I. Nunca a comunicação foi tão ágil, rápida e fácil, embora cara. (CONCESSÃO)

II. Por isso a comunicação interpessoal é arriscada, pois tende a desmascarar, trair, revelar contradições. (CAUSA)

III. Se abrirem a boca, o balão desinfla, o encanto desaparece, a carruagem vira abóbora. (PROPORCIONALIDADE)

IV. Não podemos, portanto, mostrar a cara. (CONCLUSÃO)

A classificação dessas relações (entre parênteses) está correta somente nos períodos:

- a) I, II e IV
- b) I e IV
- c) I e III
- d) II, III e IV
- e) I, III e IV

50) Está inteiramente coerente e coesa a redação do trecho:

- a) O autor do texto ao tratar da pós-modernidade está referindo às questões nas quais cujas situações descritas apresentam uma tensão entre a tecnologia e a comunicação.
- b) É na consistência da opinião de vários autores citados no texto onde o autor constrói seu ponto-de-vista sobre a pós-modernidade e a comunicação.
- c) A intensão do autor no texto volta-se para a discussão do paradoxo da modernidade ao considerar a interrelação o excesso de tecnologia e a dificuldade de comunicação interpessoal.
- d) Questões como multimídia, relações interpessoais, aparência e essência, diálogo virtual são a grande preocupação do autor na discussão sobre comunicação, tecnologia e contemporaneidade.
- e) Percebe-se que o autor mantém uma linha de raciocínio que estabelece ao longo do texto uma discussão vultuosa sobre os efeitos da tecnologia na comunicação da sociedade pós-moderna.